

MONITOR FISCAL



União acumula até julho *deficit* primário de R\$ 8,7 bilhões, frente à meta de *superavit* de R\$ 55,3 bilhões para o ano. O aumento da despesa continua a ser a principal causa do desajuste.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

R\$ bilhões

ESFERA	META DO ANO	REALIZADO ATÉ JULHO	A REALIZAR	PLN Nº 5/2015	
				META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	66,3	6,2	60,1	8,7	2,5
União	55,3	(8,7)	64,0	5,8	14,5
Governo Central	55,3	(7,9)	63,2	5,8	13,7
Estatais	0,0	(0,8)	0,8	0,0	0,8
Estados e Municípios	11,0	14,9	(3,9)	2,9	(12,0)

Fonte: Banco Central.

O resultado primário da União até julho foi deficitário em R\$ 8,7 bilhões. Trata-se do menor valor para o período, de acordo com série histórica iniciada em 1997.

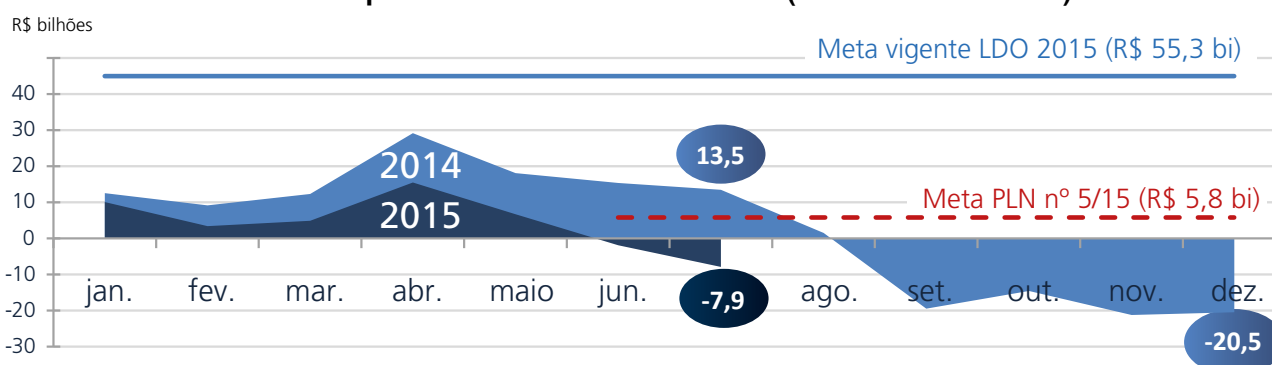
Para que a meta do ano seja alcançada, é necessária uma economia de R\$ 64,0 bilhões nos últimos cinco meses. Quanto aos demais entes, o *superavit* acumulado superou em R\$ 3,9 bilhões o valor estimado para o exercício.

Ressalta-se, porém, que se encontra em tramitação o projeto de lei de alteração da LDO (PLN nº 5/2015), em que o Poder Executivo propõe:

- redução da meta de *superavit* primário da União para R\$ 5,8 bilhões e dos estados e municípios para R\$ 2,9 bilhões;
- possibilidade de compensação mútua entre as metas estabelecidas para a União e para os demais entes da Federação. Pela regra atual e nos anos anteriores, apenas a União poderia compensar eventual frustração dos demais entes; e
- possibilidade de ampliar a redução da meta em até R\$ 26,4 bilhões (o que permitiria um *deficit* de R\$ 20,6 bilhões para a União), caso as receitas advindas da MP nº 685/2015, do PLS nº 298/2015 e das concessões e permissões não se realizem.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)

Resultado primário acumulado no ano (2014 versus 2015)

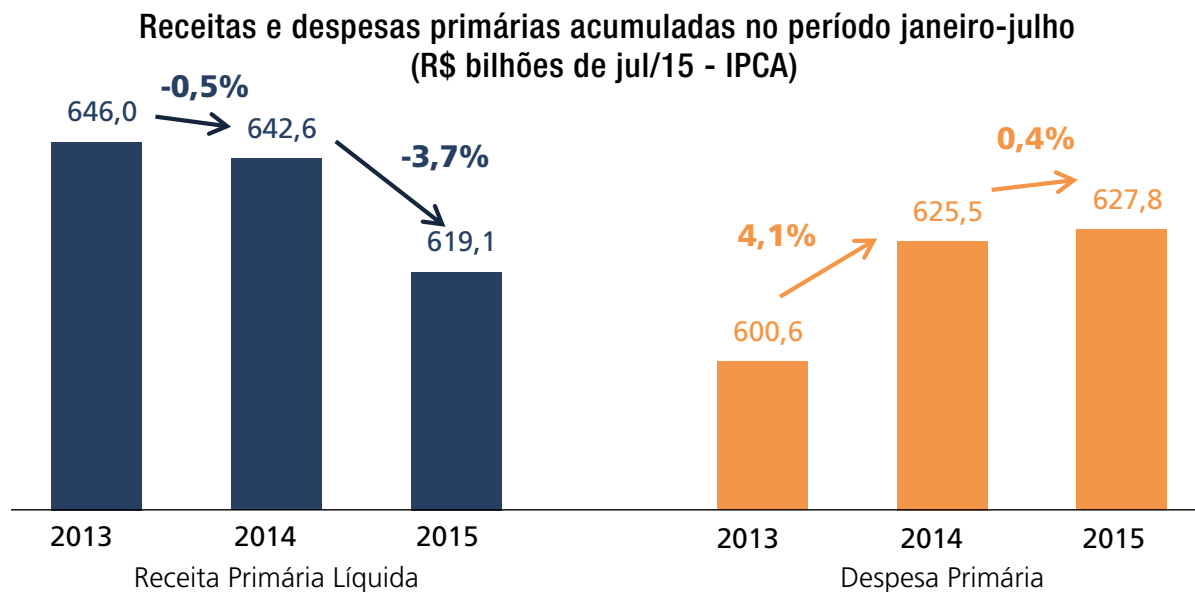


Fonte: Banco Central.

Até julho, o *deficit* primário do governo central é de R\$ 7,9 bilhões, valor R\$ 21,4 bilhões inferior ao verificado no mes-

mo período do ano anterior. Em 2014, o resultado do exercício foi negativo em R\$ 20,5 bilhões.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL



Fonte: Tesouro Nacional.

De 2013 a 2015, a receita primária líquida de transferências, em termos reais, tem apresentado queda contínua e crescente, considerando-se os valores acumulados no período de janeiro a julho de cada exercício. Ao mesmo tempo, verifica-se elevação real da despesa nesse período.

Destaque-se que, em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida apresenta aumento médio da ordem de 5% nos valores acumulados de janeiro a julho de cada exercício, o que corresponde, aproximadamente, à metade da taxa de crescimento da despesa em igual período.

D. RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

R\$ bilhões

ITEM	2014		2015	
	EXECUTADO	LOA (A)	REESTIMADO 3º BIM.(B)	DIFERENÇA (B-A)
I. Receita Primária Total	1.221,4	1.447,8	1.325,3	(122,5)
II. Transferências aos Entes Subnacionais	202,5	224,4	213,7	(10,7)
I. Receita Primária Líquida	1.018,9	1.223,4	1.111,6	(111,8)
II. Despesa Primária	1.051,6	1.168,1	1.105,8	(62,3)
II.1 Despesas Obrigatórias	781,5	841,7	858,9	17,2
II.1.a Benefícios da Previdência	402,1	436,3	438,9	2,6
II.1.b Pessoal e Encargos Sociais	223,0	235,8	236,2	0,4
II.1.c Demais	156,4	169,6	183,8	14,2
II.2 Despesas Discricionárias	270,1	326,4	246,9	(79,5)
II.2.1 Emendas Individuais	6,1	9,7	4,6	(5,1)
II.2.2 Demais Discricionárias	264,0	316,7	242,3	(74,4)
III. Ajustes ¹	15,5	-	-	-
IV. Resultado Primário (I-II+III)	(17,2)	55,3	5,8	(49,5)

Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF e Relatório de Avaliação do 3º bimestre da SOF/STN.

¹Diferença regimes caixa/competência, despesas extraorçamentárias e empréstimos líquidos.

Os dados sobre contingenciamento ainda refletem a avaliação do Poder Executivo sobre o 3º bimestre. O próximo relatório bimestral, que será divulgado no final de setembro, conterá as projeções para receitas e despesas após os oito primeiros meses do ano.

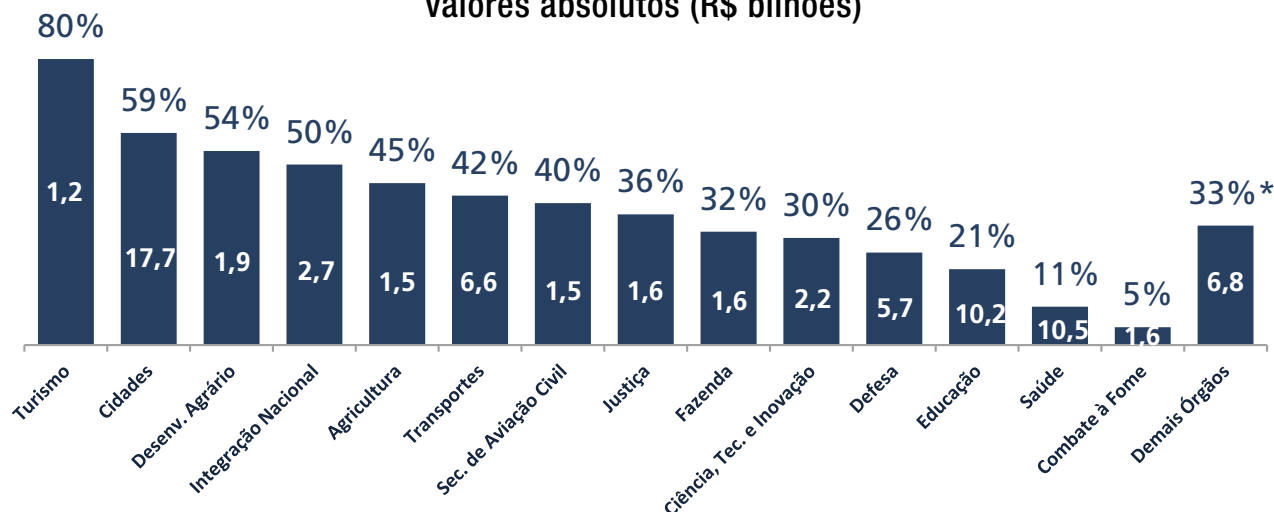
Os dados oficiais mais recentes mostram que o Poder Executivo estima redução de R\$ 111,8 bilhões na receita primária líquida, o que a torna mais próxima do valor realizado em 2014 e reduz o excesso de autorizações constantes da LOA disponíveis para empenho. Essa

redução, associada ao aumento de R\$ 17,2 bilhões de despesas obrigatórias, impõe à União, até o momento, contingenciamento de despesas discricionárias na ordem

de R\$ 79,5 bilhões, restando disponíveis para empenho R\$ 246,9 bilhões, dos quais R\$ 4,6 bilhões se referem a emendas individuais.

E. CONTINGENCIAMENTO POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

Despesas discricionárias contingenciadas por órgão, em percentual e em valores absolutos (R\$ bilhões)



Fonte: Decretos nº 8.456/2015 e nº 8.496/2015.

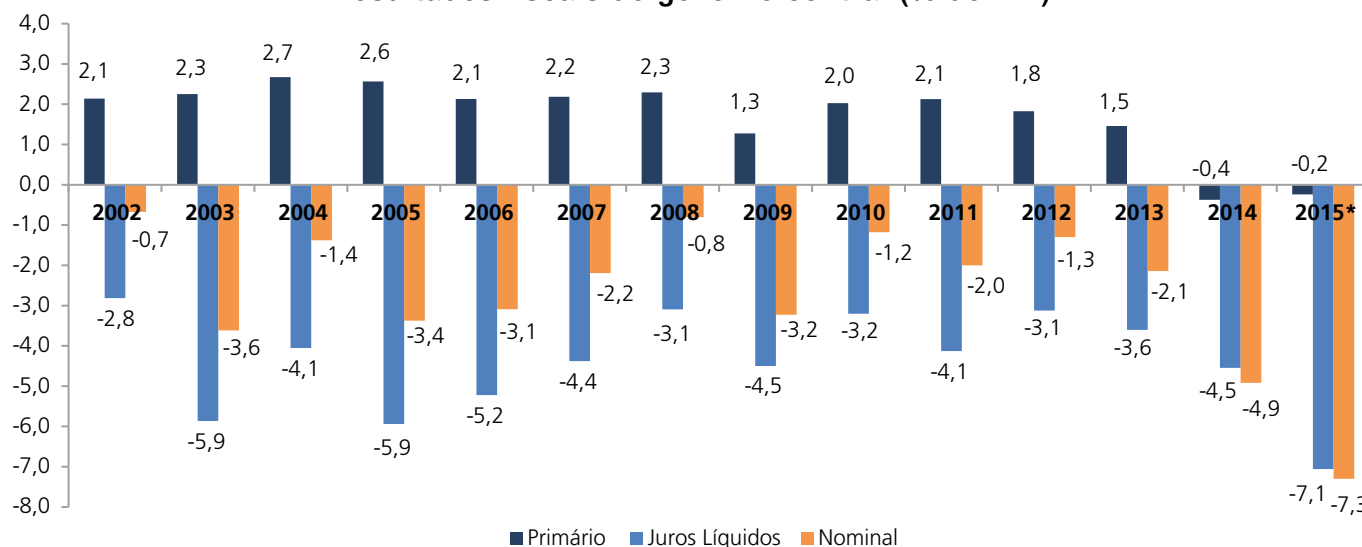
*Percentual médio de contingenciamento nos demais órgãos.

Dos R\$ 79,5 bilhões contingenciados, R\$ 78,4 bilhões correspondem à limitação de empenho de despesas do Poder Executivo.

Em valores relativos, o Ministério do Turismo foi o mais afetado, com redução de 80% do valor aprovado para o órgão na LOA. Em valores absolutos, os ministérios mais atingidos foram, respectivamente, Cidades, Saúde, Educação e Transportes.

F. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL COM JUROS (2002-2015)

Resultados fiscais do governo central (% do PIB)



Fonte: Banco Central.

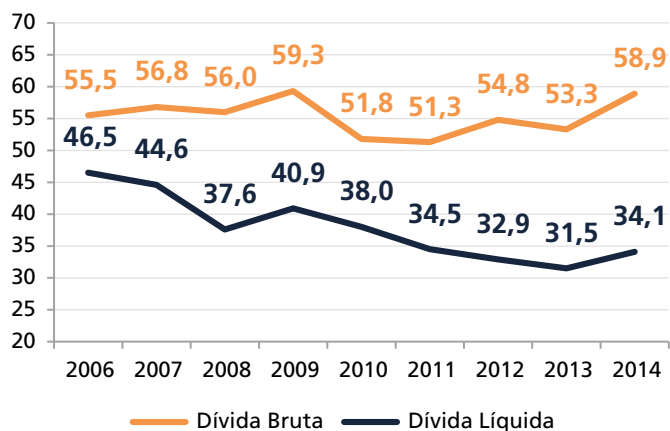
* Valores acumulados no ano.

O resultado nominal do governo central, acumulado em 2015, é deficitário em R\$ 243,2 bilhões (7,3% do PIB). Em 2014, o *deficit* acumulado no mesmo período foi R\$ 98,6 bilhões (3,1% do PIB).

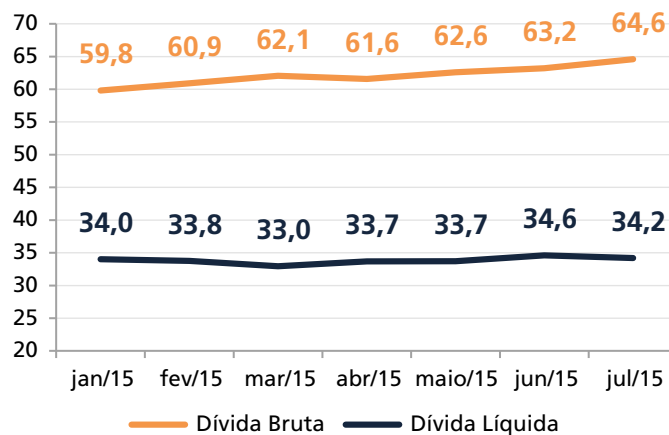
Essa deterioração do resultado nominal é explicada tanto pela piora do desempenho primário como pela significativa elevação dos juros líquidos apropriados no ano, que já somam R\$ 235,3 bilhões (7,1% do PIB), contra R\$ 112,0 bilhões (3,6% do PIB) acumulados em igual período de 2014.

G. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

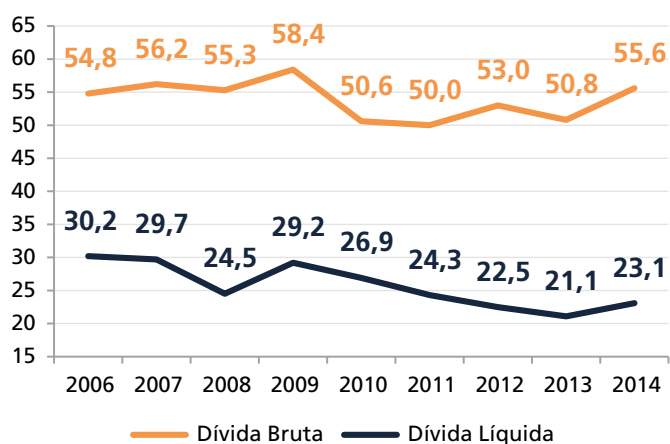
Setor Público Consolidado – 2006 a 2014



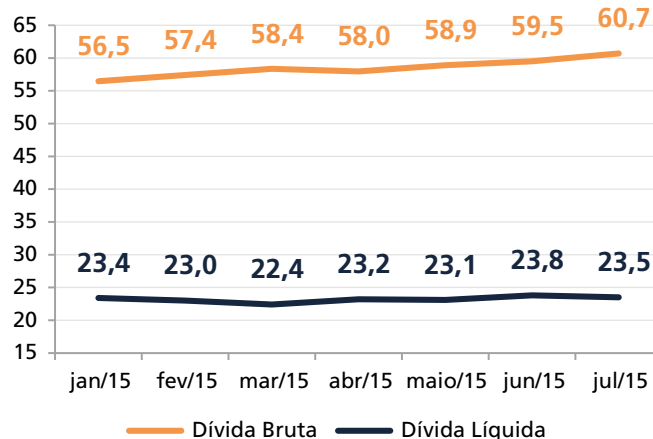
Setor Público Consolidado – 2015



Governo Federal – 2006 a 2014



Governo Federal – 2015



Fonte: Banco Central.

A dívida bruta do setor público consolidado acumula crescimento de 5,7 p.p. do PIB até julho de 2015 e atingiu 64,6% do PIB, maior nível desde 2006. A dívida líquida, por sua vez, embora tenha crescido em 2015, se mantém em patamar próximo ao verificado nos últimos anos.

A dívida do setor público consolidado reflete, em boa medida, a evolução do endividamento do Governo Federal. A dívida bruta do Governo Federal cresceu, em 2015, 5,1 p.p. do PIB e também se encontra no maior nível desde 2006, 60,7% do PIB. Já a dívida líquida alcançou, em julho, 23,5% do PIB, patamar próximo ao esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia
 Arthur Falcão Freire Kronenberger
 Daniel Veloso Couri
 Ingo Antonio Luger
 Marcia Rodrigues Moura
 Maria Liz de Medeiros Roarelli
 Paulo Roberto Simão Bijos
 Túlio Cambraia